

LEI Nº 968/2025

“AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS E COMISSIONADOS DO PODER EXECUTIVO E DÁ PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS”.

A Câmara Municipal de Desterro do Melo, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito Municipal, com base no art. 66, inciso XVI da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a concessão do auxílio-alimentação aos servidores públicos efetivos e comissionados do poder executivo.

§1º. A concessão do auxílio-alimentação será feita em caráter indenizatório, mensalmente e se efetivará por meio de depósito na conta do servidor ou outra forma que melhor atenda os anseios da Administração Pública. Podendo outras formas serem regulamentadas por Decreto do Executivo.

§2º. Na hipótese do servidor acumular cargos na forma da Constituição Federal, o mesmo fará jus à percepção de um único auxílio-alimentação.

§3º. O auxílio-alimentação poderá ser reajustado através de decreto do executivo, conforme disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

§4º. O pagamento do benefício se dará na mesma data do pagamento dos salários do funcionalismo público, sendo que no mês do aniversário o servidor fará jus ao pagamento em dobro do benefício.

Art. 2º. O auxílio-alimentação não será:

- I** - incorporado ao vencimento, remuneração, provento ou pensão;
- II** - configurado como rendimento tributável nem sofrerá incidência de contribuição previdenciária;
- III** - caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial in natura.
- IV** - acumulável com outros de espécie semelhante, tais como vantagem pessoal originária de qualquer outra forma de auxílio;
- V** - considerado para efeitos de 13º (décimo terceiro) salário.

Parágrafo Único - O auxílio-alimentação instituído pela presente Lei não detém natureza salarial ou remuneratória.

Art. 3º. O valor do auxílio-alimentação será de:

- I** - R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) no ano de 2025;

§1º. A partir de 2026 será reajustado anualmente por Decreto do Executivo de acordo com a disponibilidade econômica e financeira do município.

Art. 4º. O servidor não fará jus ao auxílio-alimentação quando:

- I** - licenciado ou afastado do exercício do cargo ou função, em decorrência de licença para tratar da saúde de pessoa da família;
- II** - cedido para outro órgão público, exceto se houver Lei específica;
- III** - afastado e/ou licenciado a qualquer título, exceto licença-saúde;
- IV** - suspenso em decorrência de pena disciplinar;
- V** - recluso;
- VI** - comprovado o uso de drogas e bebida alcoólica nos horários de trabalho;
- VII** - for constatada mais de uma falta mensal, sem justificativa aceita pelo Poder Executivo.

Parágrafo Único - O disposto no caput não se aplica aos servidores requisitados pela Justiça Eleitoral para o período das eleições, quando convocados para participar do Tribunal de Júri e/ou para doar sangue.

Art. 5º. O afastamento do servidor em decorrência da participação em cursos, treinamentos ou similares, por determinação do titular da pasta e/ou da autarquia, será considerado como dia trabalhado para fins de recebimento do auxílio-alimentação.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta lei ficam vinculadas à dotação orçamentária vigente.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário em especial a Lei 748/2016.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Desterro do Melo, 03 de julho de 2025.

EDIMAR COELHO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL